

A Regionalização Como Instrumento de Fixação dos Jovens

Todos nós sabemos quão difícil é para um jovem alentejano que acabe um curso médio/superior, com o investimento a nível pessoal e esforço do sistema educativo do país inerente, fixar-se numa região pouco desenvolvida como é a nossa e aí estabelecer a sua vida profissional. Inclusive, os investimentos feitos por instituições de ensino superior regionais vêm com alguma frustração um autêntico "brain drain" de jovens alentejanos, sem para isso terem um "antídoto" que contrarie esta sangria que hipoteca o futuro da região.

Do ponto de vista humano e de vivência pessoal é ainda mais difícil para um alentejano abandonar uma região à qual estamos tão umbilicalmente ligados.

Só aqueles que por mera felicidade e por oportunidades pessoais conseguidas teimam em resistir ao autêntico êxodo que se verifica para os grandes centros urbanos (Península de Setúbal e Lisboa). Aumentando o contingente populacional, provocando uma diminuição da qualidade de vida e acelerando um processo desumano de desenvolvimento, os jovens alentejanos vêm-se confrontados com uma acérrima competição profissional e ao mesmo sentem que a sua região de origem necessita cada vez com maior premência de uma massa crítica suficiente para atenuar as assimetrias regionais de desenvolvimento.

Só entidades estritamente vocacionadas para a problemática do desenvolvimento regional, conhecedoras da especificidade da nossa região, das suas carências e das suas potencialidades poderão inverter este estado de coisas. Neste sentido a criação de Regiões Administrativas serão um instrumento eficaz para avaliar a doença da região e apresentar a cura.

Os jovens sentirão que um poder, que lhes está mais próximo, atenderá com maior acuidade as suas aspirações de permanecerem na região de origem, pois só com uma fixação das populações o caminho do desenvolvimento será atingido, uma vez que as pessoas e neste caso os jovens são a medida de um desenvolvimento participado, integrado e dinâmico.

A proximidade, o conhecimento da realidade, o aumento do investimento, mercê de uma solidariedade nacional que terá obrigatoriamente que existir para com as regiões menos desenvolvidas, provocará um conseqüente incremento nas iniciativas de combate ao desemprego e fixação da população jovem.

Algo que o poder central nacional teima em não reconhecer é precisamente a diferença de oportunidades que é verificada numa região como a NUT II do Alentejo e por exemplo Lisboa e Vale do Tejo. Isto é, o princípio da universalidade de tratamento afecta precisamente aqueles que deveriam, por circunstâncias particulares e concretas, ser objecto de medidas de discriminação positiva. Infelizmente a insensibilidade e desconhecimento do Poder Central leva a que um jovem alentejano não usufrua das mesmas possibilidades de valorização que um jovem da região Norte. Com um poder regional ciente e conhecedor desta realidade os jovens longe de "habitarem numa redoma de vidro" estariam sim a afirmar-se, ajudando a região, e mercê da capacidade de trabalho possuída, em "igualdade" de circunstâncias com o resto do mercado de trabalho a nível profissional. Só com a Regionalização o objectivo estratégico da fixação das populações será

prosseguido e conseqüentemente a possibilidade de uma (nossa) região atingir um patamar razoável de desenvolvimento, de forma a aproximar-nos da média nacional.

Até aqui o conhecido provérbio chinês "não dar de comer mas ensinar a pescar" tem a sua maior significância e permite-nos pensar que somos tão ou melhores que os outros. Resta que nos dêem a real e efectiva possibilidade de o provar porque, e adaptando o pensamento de Aristóteles deixem-nos "ser senhores da nossa vontade e escravos da nossa consciência".

Torrão, 4 de Abril de 1998